



Chiarelli, Ulysses, Jobim e Inocêncio: peças-chaves

PMDB perde poder e emagrece

Quando reiniciar seus trabalhos nesta quinta-feira, o Congresso Nacional colocará em marcha uma complicada equação política: como será possível a um presidente, cujo partido detém apenas 5% dos votos no parlamento, aprovar as medidas que julga ser de interesse do País? Para colocar em prática as suas promessas de campanha, que lhe renderam 35 milhões de votos, Fernando Collor precisará multiplicar por dez o seu apoio no Congresso. O PRN possui apenas 22 deputados e um senador.

Se depender da tradição política brasileira, contudo, Collor deverá conseguir o que pretende — pelo menos nos primeiros meses. Com a eleição marcada para 3 de outubro, a maior parte dos deputados não pretende se chocar com um presidente que já mostrou o seu prestígio popular. Liberados por uma lei que não pune a infidelidade partidária, deputados e senadores oscilam ao ritmo das urnas. Em 1988, na eleição de prefeitos, e em 1989, na disputa presiden-

cial, elas mostraram que existem muitas saídas — todas distantes do PMDB e do PFL.

O PMDB, por exemplo, deve terminar a atual legislatura muito menor do que quando começou. Dos 305 parlamentares eleitos em 1986, aquele que já foi o maior partido do Ocidente, terá, oficialmente, na quinta-feira, apenas 199. Depois que Ulysses Guimarães conseguiu apenas 4% na disputa presidencial, no entanto, os desligamentos do PMDB foram tão intensos que as mesas da Câmara e do Senado ainda não conseguiram dimensionar, com precisão, o tamanho da revogada.

No PFL, a situação é um pouco melhor. O partido já teve mais de 130 parlamentares e abrirá o ano com 108. A união, porém, é consequência da vocação dos seus parlamentares para ser governo. O sintoma mais claro da confusão que existe hoje no Legislativo, no entanto, está no número de partidos. Os mesmos parlamentares que, em 1987, estavam distribuídos por 13 partidos, hoje estão divididos em 23 agremiações diferentes.